

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA PUCRS: dos primeiros passos  
aos 12 anos de história**

**Maria Inês Corte Vitória**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
mvitoria@puers.br

**Marion Creutzberg**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
mcreutzberg@puers.br

**Vanessa Manfredini**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
vanessa.manfredini@puers.br

**Lisiane Trevisan Sandi**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
lisiane.sandi@puers.br

## **RESUMO**

Este artigo aborda tópicos da história de consolidação da Comissão Própria de Avaliação, bem como dos Processos Avaliativos Institucionais na PUCRS, e a sua relevância para o permanente aperfeiçoamento e para o planejamento da Instituição, nas diversas dimensões do SINAES. A consolidação busca o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente, no contexto da atividade avaliativa, que é complexa, num processo sistemático que envolve diferentes momentos e diversos sujeitos. O artigo aponta os elementos básicos da avaliação e, em suas conclusões, aponta para os principais desafios e perspectivas na busca de uma Educação Superior de mais qualidade, sem abdicar de seus princípios fundacionais, nem da sua missão histórica e social, sempre empenhada na busca pela excelência e no trabalho em prol principalmente da sociedade na qual está inserida.

**Palavras Chave:** Comissão Própria de Avaliação; Avaliação Institucional; Planejamento.

## 1. INTRODUÇÃO

Fazemos parte de uma história que teve início já na década de 70, com diferentes formatos e ênfases. Diversos estudos, propostas e pesquisas relativas ao tema foram desenvolvidos nas décadas de 80 e 90. Tais movimentos deram sustentação ao Plano de Autoavaliação Institucional da PUCRS, cuja proposição foi gestada a partir de 2004, com a primeira CPA e aprovada em 2005, quando se deu início ao processo propriamente dito, com a implantação da Comissão Própria de Avaliação e a Comissão Técnica de Avaliação. E esta primeira e consistente experiência, em 2005, tornou-se a referência para o que hoje temos. E é isto que festejamos!

(CREUTZBERG, 2015) Discurso proferido nos 10 anos da CPA/PUCRS.

O presente artigo trata de apresentar a construção dos processos de avaliação institucional no âmbito da Educação Superior, focando a exposição na criação e consolidação da Comissão Própria de Avaliação – CPA - da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Temos como objetivos partilhar a trajetória desenvolvida na Instituição, recuperando memórias que, hoje, representam pistas importantes dos caminhos trilhados, com vistas a analisar os avanços presentes em tal criação e consolidação, reconhecendo tais progressos como fruto de um trabalho que, embora em permanente constituição, já reúne um legado respeitado e validado pela comunidade científica da área. Nesse sentido, o final da década de 70 instituiu um importante marco dessa trajetória quando, no âmbito da Universidade, foi desenvolvido um processo de avaliação do desempenho docente, no que se refere à utilização de procedimentos didático-pedagógicos. A partir da década de 80 foram implantados projetos avaliativos amplos e sistemáticos, iniciando pelo projeto Avaliação da Qualidade do Ensino: compromisso da comunidade acadêmica. Nos anos 90, observou-se o aprofundamento de processos nas diferentes Unidades Universitárias, com novos instrumentos e a inclusão de abordagens qualitativas. Essas experiências trouxeram como resultado, entre outros, a qualificação dos currículos de cursos e o incremento na infraestrutura para o ensino, além de suscitar inúmeras monografias, dissertações e teses elaboradas ou orientadas por docentes da PUCRS acerca do tema, deixando importante herança e contribuições nessa caminhada.

Em 2004, dando continuidade à história de avaliação somada à proposição da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a PUCRS iniciou um novo período no que diz respeito à avaliação. Em janeiro de 2005 a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PUCRS, prevista na Lei do SINAES, foi criada e implantada. A CPA presume regulamento próprio que prevê a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes, funcionários técnicos administrativos e membros da sociedade civil organizada). Inclui também pessoas diretamente envolvidas, por meio de seus cargos e funções, nos processos de avaliação do SINAES e na produção de conhecimento em avaliação. Possui as seguintes atribuições: apreciar e referendar o plano e os relatórios de autoavaliação institucional; apreciar criticamente os processos avaliativos; participar de eventos de sensibilização, divulgação, reflexão e validação de processos e relatórios de avaliação; e participar das reuniões solicitadas por Comissões de Avaliação Externa à PUCRS, assumindo caráter consultivo e deliberativo. Em 2006, como resultado da Autoavaliação Institucional 2005, foi implantada a Avaliação de Disciplinas da Graduação. A partir da experiência com a Avaliação de Disciplinas da Graduação, diversos processos de

avaliação interna tiveram continuidade e/ou foram implantados em articulação com diferentes setores. A partir de 2009 iniciou-se, mais intensamente, a articulação do conjunto dessas avaliações existentes, assim como o alinhamento entre elas, com acompanhamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Nos parece importante lembrar que a CPA, para o desenvolvimento dos processos autoavaliativos e para o acompanhamento dos processos avaliativos externos, conta com a Comissão Técnica de Avaliação (CTA) e com setores e órgãos de apoio e execução, que incluem representações das pró-reitorias e das assessorias. A CTA operacionaliza os processos autoavaliativos, tendo como atribuições: implementar o plano de autoavaliação institucional; orientar os setores para a coleta de dados e elaboração de relatórios de avaliação; gerenciar o sistema de avaliação institucional; elaborar o relatório anual de autoavaliação institucional; participar de eventos de sensibilização, divulgação, reflexão e validação de processos e relatórios de avaliação; analisar os relatórios de avaliação externa; subsidiar o processo de planejamento e gestão da Universidade; e integrar a comissão de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional. A CPA reúne-se uma vez ao mês, enquanto a CTA, semanalmente. As reuniões são abertas à comunidade universitária. Em diversos momentos a CTA reúne-se com grupos específicos para a discussão de temáticas referentes aos processos de avaliação, bem como dos resultados de avaliações internas e externas e acompanhamento de ações decorrentes desses processos.

Em consonância com o SINAES, a CPA segue as diretrizes instituídas e, se constitui por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada e, atua de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior, a fim de coordenar e articular o processo interno de avaliação, além de sistematizar dados e informações para melhor subsidiar processos decisórios e, buscando resultados que visem a qualificação acadêmica.

Considera-se que a avaliação institucional, por meio da CPA, participa ativamente da vida da instituição, apresentando uma visão privilegiada da universidade e, podendo contribuir com os processos acadêmicos e administrativos, sendo um importante instrumento de análise e de correção de metas e objetivos.

Corroborando com as informações mencionadas acima, para Sobrinho (2003, p. 177) “a avaliação é uma prática social orientada, sobretudo para produzir questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo”.

A Comissão Própria de Avaliação da PUCRS assume desde sua criação o contínuo aprimoramento dos cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa, da extensão, da qualificação do corpo docente e da infraestrutura da Universidade, bem como o investimento na identidade institucional, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. A propósito disso, os projetos e as ações são monitorados por meio de indicadores e de resultados de avaliações externas e internas. Assim, ao mesmo tempo em que a avaliação subsidia diagnósticos, constitui etapa fundamental no processo de implantação e acompanhamento do Plano Estratégico.

## 2. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA PUCRS: os sentidos e significados refletidos no espelho

Utilizada nos mais diferentes contextos e nas mais diferentes áreas do conhecimento, o vocábulo avaliação revela-se, num primeiro momento, portador de uma multiplicidade de significados cuja abrangência e complexidade impossibilitam ou, no mínimo, dificultam as tentativas de estabelecimento de um conceito único capaz de congrega, em uma simples definição, os inúmeros aspectos que a compõem. Dessa forma, face a essa polissemia que caracteriza a palavra em foco, percebe-se a existência de diferentes tipos de avaliação (pessoal, moral, social, profissional, identitário, acadêmico, relacional, etc.) que, por se referirem a diferentes aspectos da vida dos indivíduos, são analisados de maneira isolada pelas diferentes áreas do conhecimento científico. No entanto, em uma tentativa de se obter uma visão global e integradora, a palavra avaliação aparece como uma variável que se preocupa em “Olhar-se no espelho”. Esta é uma das metáforas que temos utilizado para falar de avaliação – especialmente da autoavaliação.

Quando elaboramos nosso Relatório de Autoavaliação Institucional em 2010, solicitamos autorização para usar esta imagem obtida pelo Ir. Adelino Martins obtida nas águas do Guaíba na década de 1970 que, com outras imagens, foi apresentada na Exposição “Espelho de Porto Alegre”. Vimos nesta imagem uma expressão do que entendemos como avaliação. Aproveitando a metáfora, as palavras de Creutzberg (2015) são elucidativas, sobretudo quando diz que:

[...] poderíamos pensar que quando nos olhamos no espelho, temos reações diversas e diferentes. Podemos gostar do que vemos ou nem tanto. Há momentos da vida em que ficamos mais satisfeitos. Há dias em que preferimos nem olhar! Quando ao olhar no espelho não ficamos satisfeitos, resolvemos tomar alguma providência: algo simples como trocar de roupa, ou cortar o cabelo, usamos algum cosmético – ou voltar para academia, pensamos em alguns dias de férias... enfim, tomamos decisões a partir do que vemos (CREUTZBERG, 2015).

No que tange à Avaliação Institucional, cada avaliação retrata um momento institucional, no olhar dos diferentes integrantes da comunidade acadêmica. Entendemos, portanto, que cada avaliação resulta de inúmeros processos de gestão e de planejamento. E a cada novo olhar subsidiam-se decisões para caminhar adiante, na busca permanente do aperfeiçoamento institucional e do cumprimento mais perfeito dos objetivos, como dizia o Marco Referencial da PUCRS.

Dessa forma, sensível aos desafios de uma sociedade dinâmica e complexa e às modificações realizadas no mundo científico, assumimos o espírito de aceitação de diferenças e divergências na construção de conhecimento, feito de forma não monolítica e que enfatiza a inovação, o empreendedorismo, a ação e o sentido mais profundo da realidade. Cremos ainda que não é possível empreender qualquer iniciativa que não leve em conta o contexto e a conjuntura tanto nacional quanto internacional. Assim, integrando-se ao cenário educacional contemporâneo, os princípios sobre os quais se assentam nossos esforços neste processo de conduzir os rumos da CPA/CTA, desvelam nossa crença de que a partilha de saberes é uma das mais ricas e profícuas fontes geradoras de novos conhecimentos, capaz de nos levar a avaliações que ultrapassem os limites de um trabalho meramente técnico/quantitativo para uma avaliação de caráter formativo/pedagógico. Por isso, trabalha-se para que haja coerência

em um sistema de avaliação que, considere a relação mútua existente entre os aspectos qualitativos e quantitativos do processo, os aspectos pedagógicos e os objetivos que se pretende alcançar, pois o ensino se constitui como um processo complexo e que evolui de maneira dinâmica.

Acerca deste enfoque, discutindo as questões acadêmicas provenientes do cenário global e da internacionalização da educação no Ensino Superior, Engers e Morosini (2006) trouxeram para análise o encaminhamento da educação neste nível de ensino, de modo particular, para a pedagogia universitária, a formação de professores e o incentivo ao desenvolvimento de competências que se apresentam como fundamentais para uma IES fazer frente às exigências sociais nos dias atuais. Refletindo acerca das atividades que vem sendo desenvolvidas pela CTA, no contexto universitário, entendemos, assim como Sousa Santos, que é preciso romper com o senso comum e que:

A primeira condição consiste em promover o reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre elas. A universidade deve ser um “ponto privilegiado de encontro entre saberes” (SANTOS, 1996, p.224). De fato, poucos lugares têm esse privilégio. Que outros espaços podem possibilitar o encontro e o diálogo entre acadêmicos, mestres, técnico-administrativos, sociedade civil, doutores e cidadãos? Diferentes formas de conhecimento sobre uma mesma problemática, diferentes olhares, diferentes “vistas” de uma mesma questão, mas com o entendimento de que, segundo Leonardo Boff (1999), “todo ponto de vista é sempre a vista de um ponto”. A possibilidade de mudar, de ampliar essa “vista” na troca de saberes seguramente enriquece a todos como ressalta Santos (1996):

A hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona (p.224).

Refletimos que, aceitar essa relação é pensar na complexidade do conhecimento, que vem sendo analisada por inúmeros estudiosos, que aceitam discutir e aproximar diferentes posições teóricas e metodológicas, a fim de alcançar melhor compreensão da realidade estudada (DENZIN E LINCOLN, 2000; KINCHELOE E BERRY, 2007).

### 3. METODOLOGIA E RESULTADOS

Na perspectiva de entender e trabalhar em profundidade com as questões inerentes à Comissão Própria de Avaliação, apresentamos a Figuras 1, referente ao nosso organograma e a nomeação dos integrantes que compõem a Comissão como forma de ilustrar o lugar e as relações mais próximas que nossa CPA estabelece com a Instituição. A CPA mantém a sua autonomia de condução dos processos autoavaliativos, mas conecta-se à Assessoria de Planejamento e Avaliação (ASPLAN) para garantir a operacionalização dos processos, bem como a articulação ao planejamento.

**Organograma da Assessoria de Planejamento e Avaliação**

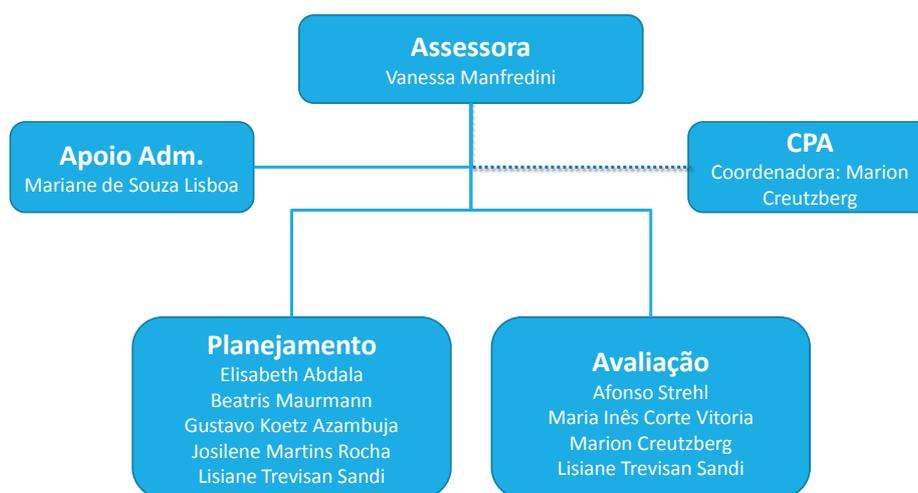


FIGURA 1. Asplan, 2017.

A Figura 2 ilustra o contexto da Avaliação Institucional, evidenciando os diferentes processos autoavaliativos conduzidos pela CPA e articulados às dimensões do SINAES e aos Eixos do Instrumento de Avaliação Institucional Externa.



FIGURA 2. CPA, 2015.

Tal como se pode inferir a partir das Figuras, atende-se o que preconizam os conceitos e os instrumentos de Avaliação Institucional, ou seja, a necessidade da articulação entre a avaliação e o planejamento. Partimos do pressuposto de que a avaliação como subsídio à gestão e tomada de decisão é fruto de análise coletiva e tem as funções de:

[...] informação para a tomada de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas. (INEP, 2009, p. 92).

De todas as formas, podemos dizer que a atuação da CPA, articulando avaliação e planejamento estratégico não é automática, ao contrário, é um exercício permanente e inacabado! Um processo de amadurecimento e de alinhamento que, embora consolidado, está em constante revisão. Vale dizer que a constituição da CPA é intencionalmente pensada para favorecer a articulação dos setores, promovendo a organização da avaliação na perspectiva da geração de indicadores, acompanhando as etapas da autoavaliação na perspectiva de geração de subsídios para o planejamento e potencializando o fluxo das informações para subsidiar a tomada de decisões.

Ainda sobre nossa experiência de CPA, vale dizer que a inclusão de representantes do Planejamento na CPA tem sido essencial para que, ao longo do tempo, fossem sendo

construídas relações entre a autoavaliação e o plano estratégico. Por via de decorrência, a inclusão de um representante da CPA no processo de discussão e elaboração do Plano Estratégico e acompanhamento nos parece fundamental para a articulação entre distintos setores da universidade, assim como a elaboração conjunta do Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI (Plano Estratégico/PE coordenado pelo Planejamento, PDI coordenado pela CPA). Também a participação do PI e coordenadores, bem como assessores de avaliação, como membros da CPA tem permitido à CPA qualificar a articulação das dimensões interna e externa da avaliação. É notório que os dados da avaliação nos dão insumos para pensar estrategicamente a Universidade. Uma das variáveis mais importantes do planejamento estratégico é a constante atenção aos ambientes interno e externo, com o objetivo de orientar as decisões sobre a missão, os objetivos, as metas e as estratégias. Ou seja, para que haja planejamento é necessário fazer a leitura adequada da organização e, neste sentido, a avaliação confere um papel fundamental. Finalmente, a participação de diferentes setores nos tem garantido o desenvolvimento da compreensão de que a avaliação é institucional.

Para se ter ideia da dimensão dos processos avaliativos, chegou-se, no final de 2015, ao instrumento respondido de 1 milhão. Tal dimensão está relacionada à articulação anteriormente mencionada e demonstra a complexidade do processo avaliativo que envolve diferentes públicos, em diferentes processos e diferentes tempos. Por outro lado, indica o quanto é importante que as metodologias utilizadas sejam confiáveis, para que se tenha informações confiáveis para a tomada de decisão. A confiabilidade dos processos indica, ainda, para a revisão e a meta avaliação, que se fazem necessárias à medida do desenvolvimento da Instituição. Assim, no presente tempo, e em virtude da implantação de um novo Projeto Pedagógico Institucional, e com base em resultados de meta avaliação, diversos processos encontram-se em fase de reorientação.

#### 4. CONCLUSÃO

Sabemos que a organização da avaliação se projeta para a geração de indicadores, sejam eles de natureza estratégica, tática ou operacional. Os indicadores definidos são acompanhados sistematicamente em diversas instâncias.

Ressaltamos também que as etapas da autoavaliação são geradoras de subsídios para o planejamento, assim como a disponibilização dos resultados na íntegra para setores envolvidos servem para a apropriação do resultado e a consequente mobilização para o uso na gestão e planejamento. Nesta mesma perspectiva formativa a elaboração de relatórios de gestão, com textos objetivos, consistentes e confiáveis, auxiliam a tomada de decisões. Considerando-se que todos os processos institucionais – no caso específico deste estudo, a criação, implementação e consolidação da CPA – estão sempre sujeitos a sistemáticas e permanentes revisões, convém dizer que a CPA da PUCRS é considerada referência para muitas das Instituições de Educação Superior do Rio Grande do Sul e do Brasil. Longe de parecer vaidade acadêmica, nos parece justo compartilhar com colegas que um dia já integraram e colegas que hoje integram nossa CPA a satisfação de ver uma meta complexa e desafiadora como esta cumprida com trabalho sério, árduo, solidário e comprometido.

Aos 12 anos nossa CPA está vivendo uma adolescência plena de sonhos e metas, mas também repleta de conquistas e construções que fazem dela o que ela é: uma realidade inspiradora e uma promessa cheia de ousadia. Ao fim e ao cabo, nossa proposta não projeta um tempo futuro, mas um tempo presente, como constituído do futuro envolvido no cenário que encerra: os conhecimentos que estão a exigir de todos nós uma atuação voltada para uma

expressiva capacidade de autonomia e de discernimento, reforçando a responsabilidade pessoal na realização do destino coletivo.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do Humano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CREUTZBERG, M.; CASARTELLI, A.O. **A autoavaliação e o planejamento: como aproximar?** In: Avaliação Institucional em IES Comunitárias. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p.139-152.

DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. et al. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 15-42.

ENGERS, M.E.A; MOROSINI, M. C. **Educação Superior e Aprendizagem: diferentes olhares na construção conceitual e prática**. In: Educação. Porto Alegre-RS, ANOXXIX, n.3 (60), p.537-549, Set/Dez.2006.

KINCHELOE, Joe. **O poder da bricolagem: ampliando os métodos de pesquisa**. In: KINCHELOE, Joe; BERRY, Kathleen. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOBRINHO, J.D. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

SINAES- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação/** [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], 5.ed. revisada e ampliada, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328p.